

ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO E SOCIABILIDADE – UMA PERSPECTIVA COMPLEXA

SOLIDARITY ECONOMY: THE CONSTRUCTION OF NEW FORMS OF PRODUCTION AND SOCIABILITY - A COMPLEX PERSPECTIVE

Edna Marta PELOSI¹

Luis Miguel Luzio dos SANTOS²

RESUMO: O tema deste artigo está relacionado com as discussões sobre as alternativas socioeconômicas ao capitalismo. A pesquisa, que se deu numa cooperativa de trabalhadores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), teve como objetivo compreender, a partir de uma perspectiva complexa, como os pressupostos da Economia Solidária são compreendidos e vivenciados, e como estes atores têm guiado suas ações ao longo do tempo para se manterem atuantes diante de um contexto adverso, com valores da competição e do individualismo. Através de um estudo de caso qualitativo, descritivo e exploratório, concluiu-se que a construção de novas formas de produção e sociabilidade pressupõe um processo lento, gradual, incerto, mas sobremaneira dependente economicamente de sua articulação com o mercado tradicional e com o setor público.

PALAVRAS-CHAVE: alternativas socioeconômicas, economia solidária, perspectiva complexa, novas formas de produção e sociabilidade.

INTRODUÇÃO

O século XX foi palco de conquistas imensuráveis nos domínios da ciência, da tecnologia, da geração de riquezas e até mesmo, por um breve período, no domínio social, com as conquistas democráticas e cidadãs suscitadas pelo Estado de Bem Estar Social, ao menos nos países do centro capitalista, mas chegou ao fim evidenciando um emaranhado de crises no âmbito econômico, social, ambiental, político e moral. Todas relacionadas entre si e derivadas do atual estágio do capitalismo global (HOBSBAWN, 1995, SANTOS, 2010).

Assiste-se ao agigantamento das desigualdades, seja no interior de cada país ou região, seja em termos mundiais. Esse quadro é alimentado pelo Estado que se converte aos interesses das grandes corporações mundiais (SANTOS, 2010, CARDOSO, 2008; BAUMAN, 2010). A exploração dos recursos naturais se dá em ritmo acelerado em proveito do grande capital, mas com conseqüências desastrosas para o futuro da humanidade (FOLADORI, 2001). De forma interdependente, as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista e agravadas no contexto da globalização hegemônica (SANTOS, 2010, SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002), produzem formas de sociabilidade empobrecidas, balizadas em ganhos individuais em detrimento da solidariedade e do comprometimento com o outro.

¹ Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil. e-mail: ednapelosi@gmail.com

² Professor Adjunto do Departamento de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil. e-mail: lmig@uol.com.br

Por tudo isso, Sousa Santos (2002, 2004) afirma que vivemos um tempo paradoxal, em que, se por um lado, parecem, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental – que constituíram o patrimônio matricial do que se chamou por emancipação social – por outro, é cada vez mais evidente que estas promessas nunca estiveram tão longe de se concretizar. Isso porque as lutas políticas modernas que se concentram sobre a concepção de tais promessas e sobre os modos de realizá-las (divisão entre capitalistas e socialistas, liberais e marxistas, revolucionários e reformistas, nacionalistas e internacionalistas) parecem inadequadas diante das transformações ocorridas e do próprio aprendizado histórico.

É neste sentido que diversos autores, dentre os quais citamos Boaventura de Sousa Santos e Edgar Morin, falam de uma crise epistemológica, uma crise da racionalidade moderna que, tendo sido forjada numa visão linear, simplificada e reducionista, pautou-se sempre em soluções simplistas, reducionistas e excludentes. A racionalidade que privilegiou o domínio capitalista desconsiderou as implicações, as interdependências, os revezes e as incertezas de uma totalidade complexa – que hoje se traduz em múltiplas e indissociáveis crises, aparentemente sem solução.

Assim, o pensamento complexo de Edgar Morin (2005a) vem dar nova luz às alternativas de produção contra-hegemônicas, que emergem como um *feedback* negativo da atual globalização. A possibilidade de mudanças na direção de uma sociedade mais justa e solidária pode emergir de alternativas, como bem salientam Santos (2010) e Sousa Santos e Rodríguez (2002), ou de múltiplas vias, como se refere Morin (2011, 2013), que mesmo unidas por ideais igualitários e solidários próximos aos já expressados pelo socialismo, não se condensam numa única proposta e nem numa solução definitiva, mas ampliam o espectro do possível através da experimentação e da reflexão (MORIN, 2011). No Brasil, estas alternativas vêm emergindo sob diferentes modelos organizacionais que se aproximam na busca por justiça social, relações democráticas e a preocupação com a sustentabilidade sistêmica. Muitas delas estão inseridas dentro do escopo da Economia Solidária (SINGER, 2002).

É com o intuito de compreender como uma nova racionalidade, pautada nos princípios da igualdade e da cooperação pode ser construída e vivenciada que se dá esta pesquisa numa cooperativa organizada num assentamento do Movimento dos trabalhadores sem terra, o MST.

Como um recorte necessário para estabelecer os objetivos da pesquisa, buscamos nas obras de Boaventura de Sousa Santos, Paul Singer e Euclides Mance, alguns pressupostos centrais sobre a Economia Solidária, principalmente no que tange a autogestão e a importância do apoio do setor público, onde estabelecemos um contraponto entre as diferentes visões de Singer e Mance. Da obra de Morin buscamos elementos que nos possibilitem a compreensão do fenômeno estudado dentro de uma perspectiva complexa e,

para tanto, trazemos para a análise a importância de se conceber a multidimensionalidade do ser humano, as relações de autonomia e dependência que exerce com seu contexto, bem como a possibilidades de, através de um processo dialógico, para o qual é imprescindível a regeneração da democracia, ampliar as relações de produção e sociabilidade.

Assim, como objetivos principais buscamos compreender o sentido que estes atores imprimem à Economia Solidária; como vêem a emancipação pela economia solidária e, a partir desta visão, como estão vivenciando os pressupostos solidários.

Além desta parte introdutória, o artigo está estruturado em mais quatro seções seguidas das considerações finais. Na fundamentação teórica trazemos algumas contribuições da política da humanidade de Edgar Morin e buscamos situar a Economia Solidária nesta proposta, colocando-a como uma possibilidade de construção de novas formas de produção e sociabilidade. Também apresentamos duas visões distintas sobre a consolidação dos empreendimentos solidários por Singer e Mance, evidenciando desta forma, a pluralidade de perspectivas que permeiam o campo. Seguido da metodologia, tem-se os dados da pesquisa, onde buscamos elucidar a visão de cooperação no contexto da cooperativa e como, a partir desta visão, estes atores têm guiado suas ações para a autogestão – onde se considerou prioritariamente os seguintes elementos de análise: a propriedade coletiva, a construção da democracia participativa e as relações de trabalho. Na sequência apresentamos a análise dos dados seguida das considerações finais.

2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO E SOCIABILIDADE

Ao longo do trabalho a palavra racionalidade é por vezes mencionada e, portanto, cabe diferenciá-la de uma concepção redutora de razão, a racionalização (MORIN, 2007). Para Morin (2007), ambas derivam da mesma fonte – a razão, contudo, a razão que não dialoga com o mundo empírico, que não exerce uma constante autocrítica, nos torna prisioneiros do nosso próprio conhecimento (MORIN, 2007, p. 72). Neste sentido, para o autor, a crise epistemológica é a crise de uma racionalidade petrificada, que nos torna reféns de estruturas que outrora foram utilizadas para a compreensão do real, ao ponto de se conceberem análises deterministas, como as de Francis Fukuyama de *Fim da História* (ANDERSON, 1999).

Ao propor uma reforma do pensamento, Edgar Morin (2013) evidencia a urgência em se repensar uma via política (que pressupõe uma reforma do pensamento, da educação e da economia), e que leve em conta o contexto, que reconheça as ambivalências e contradições do nosso atual estágio de desenvolvimento e, principalmente, que consiga perceber as emergências, as reações que se desencadeiam como um *feedback* negativo do atual processo de globalização capitalista, podendo trazer consigo novas possibilidades.

Enfim, um pensamento político renovado que dialogue com o mundo empírico e promova uma racionalidade autocrítica (MORIN, 2013).

E é nesta construção de uma “política da humanidade” que o autor afirma a necessidade de uma “refundação antropológica”, uma reintrodução do ser humano como meio, fim, objeto e sujeito da política (MORIN, 2011, p. 47). Tal perspectiva rompe com a lógica positivista que valoriza em demasia a neutralidade, a impessoalidade, a objetividade e o determinismo, reconhecendo o papel dinâmico do sujeito que, dentro de uma lógica recursiva, dialógica e hologramática, exerce com o seu meio uma relação de autoprodução, auto-eco-organização (MORIN, 2005). Uma refundação antropológica implica também em romper com a ideia de linearidade e estabilidade, cuja principal herança está na fé cega no progresso técnico-científico como determinante para o progresso nos campos políticos, sociais e morais. É neste caminho que as ideias messiânicas, os dualismos entre marxismo e capitalismo que permearam o pensamento político moderno podem ceder lugar às múltiplas formas de produzir e viver, que mesmo em permanente processo de tensão não devem ser absolutizadas umas sobre as outras.

Fundando-se numa concepção trinitária do humano (inseparavelmente, indivíduo-sociedade-espécie) e numa concepção complexa do indivíduo (*homo sapiens/ demens, faber/ mitologicus, economicus/ludens*) e, da mesma forma, reconhecendo as relações de autonomia e dependência que este exerce com seu contexto (MORIN, 2005), um pensamento político renovado não pode ser pensado em termos de revolução, mas de “metamorfozes”, isto é, de transformação com conservação (MORIN, 2002, 2011, 2013).

Para Morin, diferentemente da proposta de revolução que dominou o internacionalismo socialista europeu, é preciso compreender que o capitalismo já faz parte da tessitura do planeta e, portanto, não poderá ser totalmente aniquilado, mas sua área de influência poderá ser reduzida se se passar a considerar outras possibilidades, novas formas de produção e sociabilidade. Se referindo aos ideais socialistas, afirma: “A luta contra as barbáries de dominação e exploração e a ambição de fazer da Terra a grande pátria humana, devem ser retomadas, o que deve mudar são seus termos” (MORIN, 2011, p.55). Neste caminho, o universalismo abstrato que também dominou o pensamento socialista é substituído pela ideia de multiplicidade, de diversidade, em que não se opõem o universal às pátrias, o global ao residual, mas se reconhece a pluralidade como constituinte de uma unidade que é múltipla, diversa, e isto em todos os campos; culturais, sociais e econômicos (MORIN, 2002, 2005, 2007, 2011). E daí o resgate do local, do particular, das culturas colonizadas, da economia de subsistência, da solidariedade, da comunidade.

Também Sousa Santos (2007) afirma que uma nova epistemologia está sendo construída a partir dos saberes, práticas, culturas e experiências de vida dos colonizados pela hegemonia do capital e que reagem dentro de suas possibilidades locais e que aí podem

encontrar os caminhos para emancipação social. É neste contexto de contracorrentes que esses autores acreditam estar sendo tecidos novos caminhos para a emancipação social.

É com esta proposta que aqui nos voltamos para a Economia Solidária, cuja compreensão remete a uma forma mais plural de sociabilidade, uma vez que, mesmo buscando sua efetividade na economia mercantil, considera outras dimensões que compõem a vida em sociedade, como a reciprocidade, a perenização dos laços sociais e a sustentabilidade sistêmica. Por serem autogestionárias, estas experiências contribuem para o fortalecimento da autonomia, da consciência e da participação coletiva, possibilitando um empoderamento comunitário que pode vir a refletir na esfera política e alterar gradativamente suas bases estruturais (FRANÇA FILHO, 2007, 2008). Nos termos de Morin (2011), representam uma reintrodução do sujeito na política.

Da mesma forma, o debate sobre o conceito e prática da Economia Solidária permite a desconstrução de alguns reducionismos de visão (FRANÇA FILHO, 2007, 2008; GAIGER, 2004, 2009), com o seu correlato na ampliação da economia para além da norma capitalista, e do conceito de organização, para além da forma econômica mercadocêntrica (RAMOS, 1981). Da mesma forma, desmistifica a ideia de totalidade e alternativa única quando já nasce permeada por uma pluralidade de perspectivas, como é o caso das diferentes concepções de Singer e Mance a seguir.

Em Singer (1998, 2003a) a Economia Solidária aparece “como o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo” (SINGER, 1998, p. 122). Seja como alternativa à economia capitalista: “por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba.” (SINGER, 2003a, p. 10); seja como um caminho para o resgate da democracia, uma vez que “ao pressupor a educação para a cooperação, para o convívio em sociedade, pode restabelecer a democracia nos planos de micropoder da sociedade civil” (SINGER, 1998, p. 133).

Uma das características principais da Economia Solidária é a sua adesão à forma autogestionária. Ainda que seja um princípio em construção, mais uma referência que uma realidade de fato, é importante porque une capital e trabalho, privilegiando a racionalidade social sobre a racionalidade econômica. No entanto, se a autogestão é uma característica primordial nos empreendimentos solidários – constituindo-se, juntamente com o processo de militância a base para a transformação social pela Economia Solidária – também pode ser um dos maiores motivos de sua degeneração. “O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige” (SINGER, 2002, p.19). A dificuldade desta participação reside no fato de grande parte dos cooperados se inserir na Economia Solidária em momentos de crise ou retração da economia tradicional, como forma de se reinserir a produção social e escapar da pobreza.

Neste caminho, o autor postula a necessidade de introjeção dos valores democráticos, que pode se dar através de uma educação renovada.

As pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens [...]. Participar das decisões do coletivo educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER, 2002, p.21).

É neste ponto que surge a importância da educação cooperativa: “o espírito cooperativista não surge espontaneamente [...], é preciso educar o jovem para competir não só individual, mas coletivamente, mediante participação em cooperativas, sindicatos, centros estudantis, partidos políticos” (SINGER, 1998, p.131). Neste sentido corrobora Sousa Santos e Rodríguez (2002) para quem as alternativas de produção não são apenas econômicas, já que seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos.

No que se refere ao aspecto econômico, a perpetuação da Economia Solidária deve prescindir, para Singer (2002; 2003b), de sua capacidade de competição. É preciso investir em tecnologia e buscar independência financeira, o que implica em não se isolar do sistema capitalista. Singer defende o financiamento estatal das cooperativas de produção. Para o autor, a ajuda do Estado será um fator importante, primeiramente, pelo fato de os trabalhadores que ingressam neste tipo de empreendimento não disporem de capital e ou propriedades que possam oferecer como garantia para obter capital no mercado financeiro; depois, pela necessária equiparação de isenções fiscais e favorecimentos de crédito dados a outras empresas privadas. Para concorrer em igualdade, as cooperativas solidárias precisam de apoio do poder público (SINGER, 2002, p.92).

A defesa da competição e do apoio estatal em Singer encontra respaldo em mais uma tese de Sousa Santos e Rodríguez (2002), a de que as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado – a primeira para não ceder o terreno político ao poder econômico hegemônico e mobilizar os recursos do Estado a favor dos setores populares. A segunda para manter a sua integridade e não depender das flutuações do ciclo político.

De forma distinta à de Singer, Euclides Mance (1999, 2002) defende o desenvolvimento de um modelo autônomo de economia, a que o autor chama de Redes de Colaboração Solidária. Emanadas das bases populares e construídas de baixo para cima, sem interferência das autoridades governamentais ou de empresas capitalistas, as Redes de Colaboração Solidária ganhariam em independência, preservando a autenticidade popular e a liberdade na condução das atividades. Estas redes, na perspectiva de Mance, devem ambicionar a independência dos modelos de economia capitalista, fortalecendo-se mutuamente e dentro de princípios e valores que conduzirão ao bem-viver e não à acumulação e à alienação.

Mance (2002) acredita que não há necessidade de apoio estatal para o desenvolvimento de redes, diferentemente de Singer que vê no apoio governamental um dos

fatores essenciais para o desenvolvimento de qualquer iniciativa que almeje ser uma alternativa em larga escala ao modelo dominante. Mance (2002, 1999) defende a criação de uma rede paralela ao mercado capitalista sem ter de competir com este, enquanto Singer propõe o desenvolvimento da Economia Solidária dentro do sistema vigente, a ponto de evoluir e superá-lo.

Enquanto Singer ressalta o valor da ação democrática, da militância e do empoderamento comunitário em pressionar o Estado em favor de uma política mais redistributiva e mais direcionada ao bem estar social, Mance aposta numa revolução das redes, cujo cruzamento e articulação entre inúmeras iniciativas anticapitalistas e movimentos sociais, pode resultar em movimentos de subjetivação coletiva que avançam para a transformação cultural da sociedade em seu conjunto. Estas diferentes visões acerca da Economia Solidária dão conta de evidenciar a pluralidade de perspectivas que permeiam o campo.

3 METODOLOGIA

Dados os objetivos da pesquisa, fez-se necessário uma maior aproximação com o contexto social da cooperativa, de modo que a realidade pudesse ser captada a partir da interação complexa dos indivíduos com o seu mundo social, principal pressuposto do tipo de pesquisa qualitativa (GODÓI; BALSANI, 2006). Ao se empreender este tipo de pesquisa que aqui se justifica pela ênfase que atribui aos processos e significados, optou-se pela estratégia de estudo de caso que, segundo a tipologia de Godói e Balsani (2006), pode ser classificado como descritivo-exploratório. Descritivo porque busca um relato detalhado do fenômeno em questão, e exploratório porque mesmo partindo de elementos essenciais prévios, não partimos de hipóteses precisas, mas sim da possibilidade de descoberta e apreensão de algo novo e inusitado.

A pesquisa de campo realizada no período de 29 a 31 de fevereiro de 2013 se deu através de entrevistas baseadas em roteiro, observação direta e análise documental. A análise documental se deu por meio de documentos primários – como o estatuto social da empresa, o regimento interno, o organograma e os registros de vendas mais recentes, e secundários – que contemplaram uma gama de decretos, leis, bem como outras informações pertinentes à compreensão das entrevistas e dos documentos primários. O processo de observação que permeou toda a pesquisa de campo contribuiu para melhor elucidar os dados colhidos nas entrevistas e na análise documental. As entrevistas foram baseadas em roteiro (GODOI *et al.*, 2006) e registradas por gravação em áudio.

A seleção dos entrevistados foi intencional, a escolha se deu por aqueles que melhor pudessem responder às perguntas de pesquisa. Assim, num primeiro momento foram entrevistados dois membros da atual direção, um deles pioneiro da cooperativa e, a

partir destas primeiras entrevistas, chegou-se a outros três, contemplando um universo de cinco entrevistados.

As entrevistas foram todas transcritas de modo que se pudesse dar sentido individual ao depoimento de cada entrevistado. Por vezes, as falas foram transcritas para o trabalho de maneira fidedigna, contribuindo assim para complementar e melhor elucidar nossa percepção. O processo de análise das entrevistas suscitou uma série de outras dúvidas que por vezes foram dirimidas através de novos contatos, via telefone e ou *email* e ou por pesquisa documental – constituindo-se num processo cíclico, paralelo e concomitante à própria coleta de dados.

3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

3.1 A VISÃO DE COOPERAÇÃO NO CONTEXTO DA COPAVI

A história da COPAVI se confunde com a história do Assentamento Santa Maria³, localizado no município de Paranacity, Paraná, há 80 Km da cidade de Maringá. A ocupação das terras, em janeiro de 1993, cinco meses após a emissão de posse concedida pela justiça ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi uma articulação do MST que, ao perceber a importância da área próxima à cidade, identificou famílias de outros assentamentos e acampamentos interessadas em trabalhar de forma coletiva, como relata um dos pioneiros (2013): “O movimento convidou as famílias já com a proposta de uma cooperativa agroindustrial [...]. Vieram companheiros de diversos assentamentos, todos que já se interessavam por trabalhar de forma cooperativa”.

Seis meses após a ocupação foi fundada a Cooperativa de Produção Agroindustrial Vitória LTDA, a COPAVI. Em 1994, com a regularização do assentamento pelo INCRA, a cooperativa passa a ter acesso a linhas de créditos, consolidando a agroindústria no assentamento. Hoje, com 22 famílias assentadas, a agroindústria tem uma produção mensal de 36 toneladas de açúcar mascavo; 9,5 toneladas de melado de cana; 23.00 litros de leite pasteurizado, dentre outros derivados produzidos em menor escala. Também possui atividades de panificação e o cultivo de hortaliças. Todo o cultivo da cana-de-açúcar e de hortaliças é agroecológico, e a produção de leite está em fase de adequação. A produção é comercializada em escala local, regional e nacional e alguns lotes de produtos já foram exportados via comércio justo. Apenas 12% da produção é para o autoconsumo, evidenciando que a cooperativa tem conseguido superar a condição de reprodução simples para o nível de produção de excedentes.

É neste ponto que reside a importância do incentivo estatal, através do crédito, da assistência técnica, bem como de outras políticas de incentivo, como é o caso das vendas

³ As terras que hoje pertencem ao assentamento pertenciam à Fazenda Santa Maria, declarada latifúndio por exploração e desapropriada em junho de 1988.

Institucionais, que contemplam o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos⁴ e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar⁵, através dos quais a cooperativa comercializa produtos desde 2004 e 2009 respectivamente, absorvendo aproximadamente 25% da produção total. Para os cooperados, as vendas institucionais são uma conquista: “Estamos aproveitando o resultado de uma luta histórica que o governo resolveu atender”.

Sobre a visão de cooperação, os depoimentos são bastante elucidativos.

“Aqui nós não cooperamos por piedade, espontaneidade, como os antigos cristãos. Colaboramos por ideologia, porque sabemos onde queremos chegar com isso”.

A COPAVI desde seu surgimento tem esse intento, o de ser uma ferramenta do MST, se viabilizando economicamente, produzindo alimentos saudáveis, gerando trabalho e renda e demonstrando para a sociedade que a reforma agrária é viável, é possível. O MST é o grande guarda-chuva e a COPAVI está debaixo desse guarda-chuva, fortalecendo-se com a luta maior impulsionada pelo movimento e ajudando a fortalecer a luta geral, no sentido político e econômico.

O questionamento da ordem capitalista para o MST se materializa na luta pela terra e, como observado na COPAVI, no incentivo às práticas cooperativistas e democráticas, que contemplam a posse coletiva da terra; a autogestão, a produção agroecológica; a contestação do patriarcado e a formação de quadros técnicos e políticos para atuar como militantes do movimento, garantindo assim a continuidade da luta política (REGIMENTO INTERNO, 2004).

O MST vê na cooperação e nas cooperativas uma questão estratégica para o desenvolvimento econômico e social das famílias. Desde quando o movimento surgiu, a cooperação já se fez presente nos seus diversos aspectos, seja a cooperação na própria luta imediata pela terra [...], até a posse da terra, quando ela ganha outra dimensão, que é a de garantir a viabilidade das famílias na terra. O MST incentiva a cooperação desde os níveis mais simples até os mais complexos. A COPAVI é um exemplo de cooperação mais complexo, mais avançado⁶.

Contudo, vale ressaltar que, mesmo sendo a cooperação a base para os arranjos organizacionais nos assentamentos do MST, existe uma diversidade de formas e intensidade com a qual esta é assimilada e vivenciada⁷. Embora a escolha pela forma de cooperação

⁴ O PAA, instituído pelo Art. 19 da Lei 10.696 de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto 4.772 de 2 de julho de 2003, permite estabelecer um vínculo direto entre o apoio à comercialização da agricultura familiar e o atendimento à populações em situação de risco alimentar (BRASIL, 2013).

⁵ O PNAE, instituído pela Lei 11.947/2009 estabelece uma política pública que garante o Direito Humano à alimentação saudável e assegura esse direito a todos os estudantes da educação básica, ao mesmo tempo que apoia o desenvolvimento sustentável mediante incentivo à aquisição de alimentos produzidos em âmbito local e preferencialmente pelos agricultores familiares e pelas comunidades menos favorecidas (REBRAE, 2009).

⁶ A COPAVI está organizada na forma de uma CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária. Numa CPA a terra permanece sob o controle coletivo, todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA, que se constitui como uma empresa de produção coletiva, gestão coletiva e trabalho coletivo.

⁷ Das formas mais simples para as mais complexas (VAZZOLER, 2004, FABRINI, 2002) tem-se: Mutirão, Puxirão, Troca de serviços; Núcleos de Produção; Associações; Grupos Semicoletivos e Coletivos; Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS);

dependa de uma série de fatores, como os tecnológicos, de mercado, localização e etc., como observou Vazzoler (2004), o principal fator ainda parece ser a disposição das pessoas para a cooperação. “O MST é um movimento popular, sua estrutura é muito flexível, a pessoa acompanha se quiser. Ela não tem obrigações regimentais formais, é solto, vai por interesse e convencimento, isso vai fluindo”, explica o cooperado (2013). E se referindo às múltiplas influências do contexto externo acrescenta (2013): “tem assentamentos que estão mergulhados no capitalismo selvagem, cada um por si. E essa é uma norma geral nos assentamentos porque a ideologia dominante é sempre a ideologia dominante [...]”.

É neste sentido que a construção do processo autogestionário na cooperativa é vista como um desafio diário, um processo sempre inacabado, como vários entrevistados buscaram ressaltar.

3.2 A CONSTRUÇÃO DA AUTOGESTÃO – PROPRIEDADE COLETIVA E DEMOCRACIA

Entre os cooperados, uma das principais razões para o bom desempenho da cooperativa reside na utilização coletiva da terra e dos meios de produção. Entretanto, a cooperativa tem experimentado certa rotatividade de cooperados, bem como dificuldades na adesão de novos sócios, principalmente nos últimos anos, o que repercutiu na necessidade de contratação de mão-de-obra assalariada. Além das vinte famílias do coletivo há quatorze funcionários assalariados⁸. Este quadro é reconhecido pelos cooperados como uma contradição aos pressupostos cooperativos de não separação entre capital e trabalho.

Além da atual conjuntura econômica apontada como desestimuladora para a adesão de novos cooperados⁹, o principal motivo parece ser a propriedade coletiva dos meios de produção e as implicações que tal forma de sociabilidade suscita. Como bem pontua a cooperada (2013) “o principal desafio é o de mudar do meu para o nosso, porque aqui tudo é nosso, tudo é discussão, tudo é decidido de maneira conjunta”.

Assim, como argumenta outro cooperado (2013), embora tendo sido excluídos da dinâmica capitalista, muitos trazem consigo o imaginário da propriedade privada e “nem todos conseguem transpor esta barreira, nem todos conseguem harmonizar o sonho individual com o coletivo”.

Cooperativas de crédito; Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS); e por fim, as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA). Todas estas formas de cooperação, tanto sob o prisma da produção quanto de sociabilidade entre os seus membros, ainda que perdurem até os dias atuais nas suas mais diversas formas, representam também estágios de uma trajetória do movimento.

⁸ A total absorção da mão-de-obra na COPAVI, que a faz destoar de outras cooperativas do MST, que possuem mão de obra ociosa (VAZZOLER, 2004), pode ter como principal fator a opção da cooperativa pela agroindústria, que se converte numa estratégia de desenvolvimento econômico para os assentamentos ao absorver mais mão de obra, inclusive a dos jovens.

⁹ A presidente da cooperativa ressalta abundante oferta de empregos na cidade e as políticas públicas de amparo às classes menos favorecidas, como o Programa Bolsa Família.

A este respeito, a presidente da cooperativa (2013) expõe a fala de um cooperado que, ao deixar a cooperativa argumenta: “se eu continuar aqui eu não terei nenhuma herança para dividir um dia”; e contra-argumenta: “isso foi feito pra quem quer viver aqui, e é isso que algumas pessoas não conseguem entender”. Outro depoimento corrobora: “aqui nós produzimos valor de uso, porque produzimos e trocamos por outras coisas que não produzimos, não acumulamos”.

O organograma da cooperativa é dividido em instâncias que representam a esfera política (conselho deliberativo, núcleos de base e assembleia geral) que estão no topo, e em instâncias da esfera produtiva, que estão na base. O primeiro remete às deliberações que definem as linhas de atuação da cooperativa e tem como eixo principal os núcleos de família. O segundo aspecto contempla a execução das decisões tomadas no âmbito da organização política e se refere exclusivamente à condução da empresa. Ambos se guiam pelo Estatuto Social e têm como instância principal de deliberação a assembleia geral dos sócios.

Esta organização permite a representatividade de todas as instâncias da cooperativa e das famílias do assentamento nas decisões, uma vez que todos possuem representação no conselho deliberativo, responsável por dirigir a cooperativa¹⁰. Todas as decisões tomadas no conselho passam pela aprovação em assembleia geral, instância máxima de decisão, onde participam todos os sócios, cada um com direito a um voto.

A constante rotatividade nos cargos de direção e coordenação, bem como a distribuição das atividades laborais tem por objetivo evitar o sectarismo entre as esferas de planejamento e execução e a cristalização de cooperados em escalas de hierarquia. A própria presidente da cooperativa trabalha no setor de cana e derivados, onde é subordinada ao responsável deste segmento que, por sua vez, se reporta ao coordenador do setor de produção, que compõe, juntamente com ela, o conselho deliberativo.

Os coordenadores de setores e dos núcleos de família são eleitos em assembleia geral por um período de um ano e seis meses respectivamente e o conselho diretor e fiscal são eleitos a cada três anos. As eleições ocorrem sempre de forma tranquila, pois, como busca ressaltar a cooperada (2013) “aqui estes cargos não significam mais status e poder, mas sim, maior responsabilidade”.

Um aspecto bastante peculiar do organograma são os núcleos de família que, juntamente com o Conselho Deliberativo e a Assembléia Geral, compõem a organização política do assentamento e da cooperativa. Há dois núcleos de famílias no assentamento – os núcleos Ademar Wagner e Roseli Nunes¹¹, que se reúnem quinzenalmente de maneira independente. “É neste espaço informal que são discutidas as questões políticas

¹⁰ O conselho Deliberativo é formado pelo conselho diretor (eleito pela assembleia geral por um período de 3 anos); pelos coordenadores dos setores (produção, comercialização, financeiro, apoio) e também pelos coordenadores dos dois núcleos de família que compõem o assentamento.

¹¹ Os nomes atribuídos aos núcleos são em homenagem a companheiros do MST já falecidos.

da COPAVI, do assentamento e do movimento”, afirma um dos cooperados (2013). Ademais, todas as propostas que saem do conselho deliberativo, antes de serem votadas em assembleia, passam por discussão nos núcleos.

Porque é do interesse de todos o que ocorre no assentamento e na cooperativa [...]. Trabalhar dessa forma é uma forma de autogestão, porque depende de cada família e de cada pessoa que aqui vive como é que vamos continuar se mantendo e como vamos continuar vivendo.

E, por se dar num contexto informal, entre os vizinhos da agrovila, e não entre instâncias de hierarquia da empresa, acredita-se que há uma maior abertura para o debate, “porque o espaço formal intimida”, fala um cooperado (2013), se referindo à resistência que alguns demonstram de manifestar sua opinião no âmbito da empresa. De toda a forma, outro cooperado (2013) ressalta que “a participação de todos nas reuniões quinzenais é obrigatória, tem um peso político, porque o coordenador anota as faltas, a participação é cobrada, se o indivíduo falta, tem que dar justificativa”.

Contudo, mesmo com uma estrutura organizacional favorável à participação, ainda há grandes desafios. “Conseguimos avanços significativos, mas ainda tem aqueles que preferem deixar que os outros decidam [...]”.

Nós estamos no mundo e o mundo está sendo isso aí. [o cooperado fala do individualismo, do consumismo, da propriedade privada]. Nós temos essa intencionalidade, fizemos todo um processo de conquista, conseguimos construir uma cooperativa nestes moldes, mas muitos não se adaptam. Esse é um limite que nós não escondemos, mas procuramos trabalhar.

Num outro momento, o mesmo afirma: “Aqui estamos num contexto em que temos nossa autonomia e, entre companheiros, gerimos algo para nossa vida. Eu não conseguiria mais ser subordinado [...] no sentido de que para você produzir sua existência você depende de alguém que tem capital para você trabalhar”, evidenciando com orgulho, as qualificações que o fazem preferir a vida no assentamento à vida na cidade, quando dependia de emprego para sobreviver.

3.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO – COOPERAÇÃO, IGUALDADE E DIFERENÇA

Segundo o regimento interno todo o cooperado é um trabalhador e todos devem estar alocados em um setor e trabalhar no mínimo 44 horas semanais. Até mesmo os jovens participam na rotina de trabalho, os filhos de cooperados menores de 18 anos¹², mesmo impossibilitados de integrar o quadro de cooperados, são estimulados ao trabalho coletivo. A participação destes jovens no trabalho é vista como uma forma de

¹² Conforme artigo 32 do regimento interno, “poderá prestar serviços à COPAVI, com autorização dos pais, os filhos dos sócios que tenham mais de 14 anos, desde que o trabalho não interfira em seus estudos”.

educação social e formação familiar e também de envolvimento político, participativo, pois além de contribuírem na rotina de trabalho, participam como espectadores das assembleias, reuniões, núcleos de família, etc. A este respeito depõe uma jovem cooperada (2013) que desde os sete anos de idade vive no assentamento: “Eu fui me familiarizando desde cedo com a cooperativa, aprendendo os valores da cooperação, a importância do movimento e da luta política, sem os quais, este tipo de empreendimento não consegue se fortalecer na sociedade”.

Duas questões principais permeiam as discussões da COPAVI no tocante ao trabalho: a justiça na distribuição das sobras e as diferenças no desempenho. Quanto à distribuição das sobras, esta se dá pela modalidade de horas trabalhadas. Em todas as atividades são computadas as horas trabalhadas e, após a constatação do resultado financeiro da cada mês faz-se o rateio, sendo determinado o valor da hora. Além das horas trabalhadas, um diferencial em função de determinadas condições de trabalho passou a ser adicionado a partir do ano de 2008. “Nos setores administrativos e industriais é a responsabilidade que pesa mais, no campo é o esforço e o sol”, nos fala a atual presidente. Conforme relatado, a discussão sobre o diferencial partiu dos trabalhadores que exerciam tarefas mais penosas e se sentiam no direito de auferir um valor adicional. “Então estipulamos uma diferenciação e começamos remunerar um pouco mais, tanto os trabalhos mais penosos fisicamente, quanto os que envolvem maior responsabilidade”.

No entanto, como observa a mesma; “o critério para remuneração ainda não é totalmente justo, e tem provocado profundos descontentamentos”. Como forma de ilustrar, cita o caso de um companheiro que, ao voltar de um curso de formação, conseguiu elevar consideravelmente a produção de leite, mas “continua ganhando a mesma coisa do que aquele que só faz o que mandam”. E complementa: “Nós estamos dentro de um sistema capitalista e querendo ou não as pessoas são acostumadas a receber mais por maior esforço, capacidade e produção”.

Além de vários cooperados graduados e pós-graduados que auferem, por vezes, uma remuneração menor do que outros menos qualificados que trabalham em atividades mais penosas, há vários jovens se preparando para um curso superior – e, com o tempo, como coloca a presidente, se a cooperativa não tiver condições de absorvê-los e compensá-los de maneira adequada, corre o risco de perdê-los. “Para nós é muito importante que nossos filhos dêem continuidade à cooperativa”.

Por outro lado, segundo nos relata a cooperada, alguns companheiros, mesmo auferindo uma retirada menor na divisão das sobras, preferem manter uma rotina de trabalho menos intensa e comprometida¹³. “Desde o começo a gente tem tentado trabalhar

¹³ Segundo a cooperada, várias atividades na cooperativa tomam apenas 4 ou 5 horas diárias e vários cooperados não querem acumular atividades. Por isso, acabam exercendo uma rotina de trabalho menor do que o estipulado no regimento, colaborando menos que outros nas atividades laborais.

a questão da conscientização para o trabalho, mas não é fácil, e alguns companheiros não esperaram isso acontecer e acabaram nos deixando por acreditar que o trabalho coletivo não dá certo”. Em outro momento desabafa: “Às vezes a gente acaba carregando alguns pesos que não desempenham o trabalho da mesma forma”. E ainda nos relata que, segundo estudos realizados, se todos os cooperados trabalhassem pelo menos 9 horas diárias diminuiria a necessidade de contratar funcionários assalariados e ou admitir novos cooperados; “mas muitos não concordam”.

Como um contraponto a esta visão, outro cooperado, representante do MST na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção de Orgânicos, parece acreditar que o grande desafio ao assalariamento está em aumentar o número de cooperados, de forma que “todos os que trabalham sejam associados e donos daquilo que produzem”. Para aliviar o excesso de trabalho, aponta para a necessidade de se investir na mecanização da produção de cana de açúcar que, atualmente gera muita mão de obra sofrível.

Evidenciando uma orientação controversa a da primeira entrevistada sobre as questões do trabalho na cooperativa, este cooperado afirma a necessidade de se dedicar mais ao “ócio produtivo, isto é, as atividades de estudo e lazer que contribuem para a formação social e intelectual dos cooperados, e que, por enquanto, não são bem desenvolvidas na cooperativa porque tem muito trabalho”. Contudo, segundo o mesmo, esta é uma questão difícil de trabalhar junto a alguns pares que, por questões culturais, apresentam uma orientação bastante produtivista. “Alguns companheiros, por questões culturais, influências de origem europeia, são muito produtivistas – o trabalho com animais, trato, ordenha, etc., o trabalho das crianças e das mulheres, não são considerados trabalho”, explica, se referindo a cultura camponesa e patriarcal muito presente ainda no contexto de algumas famílias no assentamento. Ademais, ressalta a importância de, dentro do assentamento, não ficarem limitados ao âmbito da cooperativa, mas fazer com que o bom desempenho do empreendimento reflita no movimento através da liberação de cooperados para atuar em âmbito político e no apoio a outros assentamentos.

Tais colocações corroboram as discussões que permearam a primeira fase desta análise, de que a COPAVI se coloca como um instrumento do MST e, da mesma forma, reforça a discussão inicial de que a atuação militante por parte de alguns cooperados imprime uma conotação diferenciada neste contexto.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A compreensão da visão de cooperação na COPAVI não pode se dar sem que a situemos no contexto do MST, uma vez que os princípios, a ideologia e os objetivos da cooperativa se confundem com os do movimento e com a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Dessa forma, os desafios da cooperação vivenciados no âmbito

da cooperativa podem ser melhor compreendidos quando analisamos o caráter multifacetado e plural do próprio movimento, revelado nos múltiplos arranjos, que evidenciam o nível e a intensidade com a qual a cooperação é vivenciada em cada assentamento. Neste sentido, mesmo que o MST tenha uma orientação nitidamente socialista, e isso é bastante evidente no contexto da cooperativa, através do discurso, do regimento, dos símbolos e etc., esta orientação é evitada de interferências. Estas interferências e múltiplas possibilidades de assimilação da orientação maior revelam o caráter experimental que a cooperação enquanto uma nova forma de sociabilidade adquire dentro do movimento, dentro de cada assentamento e dentro da própria cooperativa.

Assim, a ideia de construção de uma nova sociabilidade ou de uma outra racionalidade seria demasiado reducionista, uma vez que diversas possibilidades e diversas formas de sociabilidade parecem estar sendo aí construídas. Todas, de certa forma, vincadas nos princípios cooperativistas, mas de maneira nenhuma isentas das concepções de uma sociedade capitalista que, através de um circuito hologramático está presente em cada indivíduo (MORIN, 2005a).

De toda a forma, a cooperação dentro do contexto da COPAVI assume um caráter fortemente político, de subversão da ordem capitalista e transformação da sociedade, e, sua atuação nos remete a dois elementos fundamentais evidenciados por Singer (2002) sobre a consolidação dos empreendimentos solidários, quais sejam: o efeito militância e a capacidade de competição. Quanto à militância, é possível perceber o potencial emancipatório que as cooperativas do MST trazem para o contexto da Economia Solidária quando através das cooperativas, buscam formar quadros políticos para atuar na luta mais ampla¹⁴. Neste sentido, Singer (2002, p. 21-22) também afirma: “Entre as empresas solidárias a autogestão se pratica tanto mais autenticamente quanto mais sócios são militantes sindicais, políticos e religiosos”. Quanto à capacidade de competição, a cooperativa tem conseguido se inserir no mercado tradicional, se fortalecendo como alternativa econômica a partir de dentro do capitalismo, através da captação constante de recursos estatais¹⁵, da capacitação de seu quadro social e do investimento em tecnologia. Neste sentido, o papel do Estado em prover políticas públicas de crédito, viabilização, assistência técnica e formação mostra-se fundamental. A atuação militante, que

¹⁴ Atualmente a cooperativa possui seis cooperados cedidos ao MST, que trabalham no Setor de Formação Nacional e em convênios com o INCRA e outros órgãos do Governo Federal.

¹⁵ Anualmente os cooperados acessam créditos via PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. No ano de 2009 a cooperativa acessou recursos provenientes do Programa Terra Sol do Governo Federal. No ano da pesquisa a cooperativa pleiteava mais recursos do mesmo programa, que passou a se chamar Terra Forte, para aquisição de um caminhão. Os cooperados também têm acessado políticas de assistência técnica e de formação. Desde o início de suas atividades a cooperativa tem se valido de assistência técnica viabilizada pelo INCRA, através de convênios com várias instituições. Para os cooperados, estes convênios são muito importantes porque além de propiciarem um aporte técnico no processo produtivo e mercadológico, também propiciam, através de capacitação, um empoderamento da comunidade no sentido de fazer valer seus direitos de acesso ao crédito, elaboração de projetos para financiamento, subsídios e etc. Quanto à formação, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, a cooperativa formou quatro cooperados em cursos de nível superior em diversas áreas do conhecimento. Além destes, outros cinco cooperados se graduaram de forma independente, todos em universidades públicas.

se inicia no assentamento e se conjuga com outros movimentos sociais, parece ser um elemento importante neste processo, pois é através desta frente política que recursos do Estado e ou demais incentivos estatais passam a ser direcionados aos setores populares, como é o caso do PNAE e do PAA, políticas de incentivo à comercialização de produtos do Estado, que privilegia produtos e serviços oriundos de empreendimentos solidários, a partir de cotas ou mecanismos de distribuição positiva (SANTOS; BORINELLI, 2010).

É neste ponto que a abordagem de Mance (1999, 2002) de um desenvolvimento autônomo da Economia Solidária, parece encontrar suas principais limitações. Tomando como base o contexto de atuação da COPAVI, uma experiência imersa num movimento popular como o MST, é possível identificar o potencial de uma rede de colaboração solidária, como defende o autor, mas, justamente, é na força política que estas podem vir a representar, que parece residir a possibilidade de transformação.

As dificuldades e desafios no tocante à propriedade coletiva da terra e dos meios de produção evidenciam uma orientação mais individualista que a sociedade tem privilegiado em detrimento da racionalidade social e se coloca bastante plausível quando consideramos a gênese da Economia Solidária, que tem sua natureza calcada em momentos de crise capitalista e, cuja adesão é, por vezes, uma forma de o indivíduo escapar da pobreza, e não um desejo prévio de seguir os princípios solidários no seu cotidiano (Singer, 2002). Assim, como bem pontua Singer (2003a, p. 113) trata-se de aproveitar uma janela histórica em que a Economia Solidária teria que gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo de produção dominante para abrir caminhos e, neste sentido, parece haver um certo consenso por parte dos cooperados:

No atual governo melhorou muito para os assentamentos, não avançou em reforma agrária, mas em infraestrutura [...]. Se tivermos que dar um passo para trás na reforma agrária para fortalecermos o assentamento e formar quadros políticos para lutar no futuro, aproveitando as oportunidades do presente, daremos.

O principal aspecto no tocante à autogestão são os núcleos de família existentes no assentamento, que contribuem sobremaneira para a construção de um processo mais democrático e participativo, já que representam uma forma de “desburocratização” das decisões. As decisões não são específicas de cada setor, coordenador e etc., mas são de todos, são tomadas num âmbito político maior. Todos são convocados a participar, todos são responsáveis. É neste ponto que se percebe um intenso exercício democrático, a construção de uma prática cidadã, essencial, como argumenta Morin (2011), para o processo de reintrodução do sujeito – não como um membro burocrático incumbido de uma tarefa especializada, mas como sujeito consciente do contexto que o envolve, de sua responsabilidade perante o todo. Se contra a burocratização e o enfraquecimento da responsabilidade que esta suscita, Morin (2011) apela ao indivíduo, à revitalização da prática democrática, entende-se que nesta forma de gestão é possível encontrar sinais do

começo da construção de uma ampla política, uma vez que aqui o apelo está no sujeito e não no cargo ou na posição que ocupa na organização burocrática.

Quanto aos dilemas que permeiam as relações de trabalho, estes parecem não se distanciar daqueles relativos à posse coletiva da terra e dos meios de produção, ou seja, embora tendo sido excluídos da dinâmica capitalista, estes indivíduos trazem consigo uma visão de sociedade que privilegia a propriedade individual, a meritocracia, a capitalização, e esse, de fato, parece ser um dos principais desafios no âmbito da cooperativa. Sobre a remuneração, Singer (2002) já atentou para a importância de certa diferenciação dos sócios mais qualificados, tanto pelo assédio que sofrem das empresas capitalistas, podendo deixar o empreendimento se sentirem desvalorizados, quanto pelas contribuições que podem trazer para o empreendimento. No entanto, tais questões no âmbito da cooperativa parecem fazer parte de um contexto permeado pela prática democrática, onde as decisões, não são baseadas apenas num cálculo utilitário, mas na vontade que emana da maioria.

Ademais, contemplando a posse coletiva, a participação democrática, a vivência de novos valores, outro elemento se apresenta como desafiador neste contexto, qual seja, a vida em comunidade. Se, por um lado, os valores da cooperação promovem um convívio pautado na reciprocidade, no cuidado de um pelo outro, que como ressalta o cooperado (2013) “nos dão a garantia de que não estamos sozinhos e desamparados”; suscita também um maior comprometimento perante o grupo, tanto no que se refere à colaboração, quanto à manutenção dos pressupostos ideológicos, à conduta em sociedade e a todos os demais problemas que podem interferir no trabalho e no bem estar do grupo. Neste sentido, o convívio no assentamento, em alguns momentos, parece estabelecer uma fronteira muito tênue, entre, de um lado, solidariedade, reciprocidade e cuidado, e de outro, privacidade, individualidade e liberdade. Nas palavras do cooperado: “A vida privada com a sociedade define, aqui não é tão privada assim. Porque se o problema é seu, o problema é meu também, porque somos associados, estamos na mesma luta, fazemos parte do mesmo grupo”.

Tais depoimentos e percepções explicitam os profundos desafios imbricados na vivência desses novos valores, os quais suscitam transformações tão profundas na forma de ser e estar em sociedade por parte destes indivíduos – que só fazem revelar as incertezas deste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência dos pressupostos solidários na cooperativa parece estar sendo tecida na diversidade de opiniões e concepções que se colidem no seu interior, e que através de um processo dialógico vão produzindo novos sentidos e significados às orientações maiores que emanam do movimento e ou expressas no Estatuto ou no Regimento Interno. Assim, a construção de uma nova sociabilidade, pautada nos princípios da solidariedade e da cooperação é construída cotidianamente a partir das possibilidades reais destes sujeitos que,

embora guiados por alguns pressupostos centrais, imprimem a sua trajetória e a sua experiência de vida no contexto que os envolvem, evidenciando, nos termos de Morin (2011) que aqui, a transição de uma lógica capitalista/individualista/heterogestionária para outra mais fundamentada no bem viver coletivo e solidário, adquire o caráter de uma metamorfose, isto é, de uma transformação com conservação (MORIN, 2002, 2005, 2011).

Este processo dialógico, no entanto, parece preceder de um exercício pedagógico constante da democracia participativa, da possibilidade de expressão e debate, sem os quais não há coalizão, não há embate, não há transformação – e que neste contexto parece ser facilitado sobremaneira pelas relações igualitárias que se estabelecem. A formação cidadã, que parece estar sendo construída, através das múltiplas instâncias de participação, da cooperação e da reciprocidade é, ao mesmo tempo, produto e produtor desse processo. Assim, se para Sousa Santos (2002; 2007), a transformação nas estruturas de poder vigentes passa sobremaneira pela ampliação da democracia participativa, pode-se dizer que neste contexto é possível encontrar sinais, pequenas fagulhas, de ampliação da democracia, ou, nas palavras de Morin (2011; 2013), o começo de uma reintrodução do sujeito como autor e coautor de sua história.

Por outro lado, cumpre evidenciar um elemento de difícil compreensão e que se apresenta desafiador. Como exposto, a cooperativa tem vivenciado uma rotatividade substantiva de cooperados que se desligam, principalmente por não se adaptarem ao modelo coletivo de produção, numa espécie de “seleção natural”. Diante do exposto, algumas questões são levantadas. Será que só alguns estão predispostos a viver dentro de um modelo coletivo e comunitário? Se sim, o que os faz singulares? É possível pensar um modelo econômico permeado por iniciativas similares, ou pode-se entender que estas serão sempre experiências marginais? E ainda, a cooperação pode ser desenvolvida, aprendida, ou existem aspectos que transcendem esse universo e dizem respeito à própria condição humana? E, por fim, qual o potencial de transformação que estas experiências, a princípio, tão marginais, têm em relação ao todo social?

Sobre o último questionamento, é provável que o potencial de transformação destas iniciativas, como ressaltado por Sousa Santos e Rodríguez (2002), Morin (2005, 2011) e Mance (1998, 2002), esteja na assimilação de uma experiência pela outra, em sua articulação em redes de colaboração e apoio mútuo. Deste modo, embora, por questões de delimitação de escopo, não se tenha aqui avançado nesta questão, a própria contextualização da COPAVI dentro do MST e a atuação militante que exerce com outras esferas da sociedade civil organizada, oferece indícios do potencial desta articulação em redes, principalmente no âmbito político.

Ademais, a capacidade que a cooperativa demonstra de, através de uma outra lógica de produção e sociabilidade, se inserir no mercado tradicional, é reveladora das

possibilidades de ser caminhar no sentido de uma economia mais plural, nas palavras de Morin, de se operar pequenas metamorfoses na ordem vigente (MORIN, 2011, 2013).

PELOSI, Edna Marta; SANTOS, Luis Miguel Luzio. Solidarity economy: the construction of new forms of production and sociability - a complex perspective. *ORG & DEMO* (Marília), v. 16, n. 2, p. 45-64, Jul./Dez., 2015.

ABSTRACT: The subject of this article is related to the discussions on socioeconomic alternatives to the capitalism. The survey was conducted in a cooperative of workers linked to the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aimed to understand, from a complex perspective, as the assumptions of Solidarity Economy are understood and experienced within this cooperative, and how these individuals have guided their actions throughout time to remain active before to an adverse context, dominated by the values of competition and individualism. Through a qualitative, descriptive and exploratory case study, it was concluded that the construction of new forms of production and sociability imply a slow, gradual, uncertain process, but greatly dependent on its relationship with the traditional market and with public sector.

KEYWORDS: socioeconomic alternatives, solidarity economy, complex perspective, new forms of production and sociability.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Conab. Companhia Nacional de Abastecimento. Ações da Conab – PAA. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>. Acesso em: 06 mai. 2013.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2013.
- CARDOSO, M. L. Ideologia da globalização e (des) caminhos da ciência social. In: GENTILI, P. (org). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Unicamp, 2001.
- FRANÇA FILHO, G. C. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *Organizações & Sociedade*, v.15, n.45, abr./jun., 2008.
- _____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas*. Porto Alegre, v.7, n.1, jan./jun., p.155-174, 2007.
- GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, p. 81-99, 2009.
- _____. Economia solidária e o projeto de outra mundialização. *Dados*, v.47, n.4, p.799-834, 2004.
- GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

MANCE, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MERRIAN, S.B. *Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis*. New York: Harper & Row, 2000.

MORIN, E. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. *A minha esquerda*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. *O método 5: a humanidade da humanidade*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. *Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização das riquezas das nações*, 2. ed. Rio de Janeiro, FGV: 1981.

REBRAE. Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição Escolar. A Lei 11.947/2009 e as novas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Bahia, 2009. Disponível em: http://www.rebrae.com.br/artigo/alim_rebrae.pdf. Acesso em: 02 mai.2013.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente, para um novo senso comum*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. RODRÍGUEZ, C. Introdução. In: SANTOS, B. de S. (Org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, L. M. L.; BORINELLI, B. Economia solidária: propostas e perspectivas. In: BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S. O. (orgs). *Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional*. Londrina: Editora da UEL, 2010.

SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2003a.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003b.

VAZZOLER, M. R. *Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista*. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos.¹⁶